



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

QUADRIÊNIO DE 2017-2021

ATA N.º 23 DA SESSÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, para efeitos do plasmado no artigo 27.º, n.º 1, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Centro Cultural de Tábua, pelas catorze horas e trinta minutos, aguardando quinze minutos pela chegada dos presentes, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábua.

Deputados Municipais Presentes:

Sr. Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares
Sra. Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca (em videoconferência)
Sr. João Luiz Alves Fiúza
Sra. Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes
Sr. Dr. Nuno Duarte Abranches Pinto (em videoconferência)
Sr. Eng.º Francisco Ivo de Lima Portela
Sr. Rui Brito Pereira
Sr. Vítor Hugo Rodrigues de Melo
Sra. Dra. Maria Dulce Garcia Coimbra
Sra. Dra. Alexandra Marisa Pereira Leal Martins
Sra. Dra. Ana Marta Santos André de Lima (em videoconferência)
Sra. Dra. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia
Sr. Amadeu Alves
Sr. Isidro Alves
Sr. Luís Miguel Santos Pereira
Sra. Dra. Lúcia Paula Costa Cabral
Sr. José Manuel Antunes
Sr. Dr. Pedro José Pereira Cardoso
Sr. Rui Manuel Dias da Silva
Sr. Rogério Dias



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Jorge Manuel Tavares Santos, em substituição da Sra. Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Presidentes de Freguesias Presentes:

Sr. José Silva Cardoso (Secretário da J. F. de Candosa), em representação do Sr. Carlos Alberto Marques da Fonseca (Presidente J. F. de Candosa)

Sr. Rogério Manuel Lopes Neves (Presidente J. F. da Carapinha)

Sr. José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)

Sr. António Domingos Santos Gouveia (Presidente J. F. de Mouronho)

Sr. Dr. José Ângelo Pires de Oliveira (Secretário), em representação da Sra. Susana Filipa Pereira de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)

Sra. Dra. Marisa Isabel Martins Bernardo (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)

Sr. Francisco José Martins Pais (Presidente J. F. de Tábua)

Sra. Isabel Maria Castanheira Dinis de Oliveira Lourenço (Presidente da União das F. de Ázere e Covelo)

Sr. Dr. João Nuno Fonseca Borges de Brito (Presidente da União das F. de Covas e Vila Nova de Oliveirinha)

Sr. José Augusto Pereira Dias (Presidente da União das F. de Espariz e Sinde)

Sr. João Manuel Oliveira Moura (Presidente da União das F. de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros)

Membros Faltosos:

Sra. Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Presente o Presidente da Câmara:

Sr. Mário de Almeida Loureiro

Vereadores Presentes:

Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sra. Vereadora, Eng.^a Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira

Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sr. Vereador, Prof. António Luís da Silva Martins (em videoconferência)

Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos

Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia (em videoconferência)

Após a chamada efetuada pelo Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Senhora Dra. Maria Dulce Garcia Coimbra, e uma vez verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, foi distribuído o Esboço da Minuta da Ata da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020, JÁ ENTREGUE A TODOS OS MEMBROS:

No início deste ponto, foi colocada em discussão a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2020, tendo sido solicitada a palavra pela Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Senhora Deputada Municipal solicitou as seguintes correções à ata:

Página 8 – 4.º parágrafo, substituição de “ideais” por “as estruturas sociais”.

Página 9 – 1.º parágrafo, efetuar a correção de modo que se lê: «*De seguida, referindo-se à AINTAR, gostaria de saber em que situação estamos em relação ao ranking e qual a situação da instalação desta associação. Mencionou os dados do Relatório anual da Bloom Consulting, salientando...*».

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido solicitados mais esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à votação, o teor da Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2020, pela forma usual de votar, com a correção solicitada.

Da contagem dos votos dos vinte e cinco Membros nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2020, pelos membros presentes na dita sessão, com a correção solicitada.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.

2. LEITURA E APRECIÇÃO DO EXPEDIENTE/À DISPOSIÇÃO DE TODOS OS MEMBROS INTERESSADOS:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, nos termos do estipulado no Regime Municipal [artigos 8.º, n.º 1, alínea n) e 7.º, n.º 1, alínea m)], foi dado conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes para o concelho, incluindo mensagens, informações, explicações e convites recebidos até à data e desde a última assembleia, o qual fica arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta, nomeadamente, a saber:

- E-mail, datado de 05 de janeiro de 2021, do Grupo Parlamentar PCP, documento que se dá por reproduzido, referente à apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, sobre o regime geral da gestão de resíduos e do regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e alterações ao regime da gestão de fluxos específicos de resíduos;

- E-mail, datado de 11 de janeiro de 2021, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, sugerindo a adesão deste Município à referida associação;

- E-mail, datado de 12 de janeiro de 2021, do Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, documento que se dá por reproduzido, convocando uma reunião da Comissão de Revisão do Regimento Municipal, tendo posteriormente remetido outro e-mail adiando a dita reunião face à atual realidade da pandemia;

- E-mail, datado de 13 de janeiro de 2021, da Dra. Alexandra Bento, Jurista da Câmara Municipal de Tábua, documento que se dá por reproduzido, dando conhecimento das alterações à Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, que alarga até 30 de junho de 2021 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das Autarquias Locais;

- E-mail, datado de 20 de janeiro de 2021, do Grupo Parlamentar PCP, documento que se dá por reproduzido, referente ao Projeto de Lei n.º 151/XIV/1.ª, respeitante à reposição das freguesias extintas;

- E-mail, datado de 09 de fevereiro de 2021, do Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, documento que se dá por reproduzido, adiando a reunião da



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comissão de Revisão do Regimento Municipal, tendo em conta a atual realidade da pandemia;

- E-mail, datado de 10 de fevereiro de 2021, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento três artigos publicados em parceria com a ADREL, inerentes às assembleias municipais;

- E-mail, datado de 16 de fevereiro de 2021, dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Tábua, documento que se dá por reproduzido, solicitando a entrega de documentos em falta em relação a alguns membros da Assembleia Municipal;

- Missiva, datada de 16 de fevereiro de 2021, do Presidente da Junta de Freguesia de Candosa, Carlos Alberto Marques da Fonseca, sobre a sua falta à Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021 e respetiva representação pelo secretário da referida junta;

- E-mail, datado de 18 de fevereiro de 2021, da Deputada Municipal Dra. Susana Mandes, sobre a sua falta à Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021;

- E-mail, datado de 24 de fevereiro de 2021, da Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Midões, Susana Oliveira, sobre a sua falta à presente Assembleia Municipal e respetiva representação pelo secretário da referida junta;

- E-mail, datado de 25 de fevereiro de 2021, do Deputado Municipal Dr. Nuno Abranches Pinto, sobre a sua falta à presente Assembleia Municipal;

Para os devidos efeitos, nos termos do disposto no artigo 36.º do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, as faltas apresentadas foram consideradas justificadas pela Mesa.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.

3. INTERVENÇÃO DOS EXMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

No âmbito deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição, tendo então passado a palavra à Deputada Municipal Senhora Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes, líder do Grupo Municipal do PS, a qual cumprimentou todos os presentes,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentando à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, documento¹ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

A Senhora Deputada iniciou a sua intervenção abordando a atual situação epidemiológica vivida devido à pandemia da doença COVID-19, numa ótica de apoio social e económico, tendo abordado também o Plano de Recuperação e Resiliência e o Plano de Vacinação, conforme disposto no documento apresentado.

Tendo em consideração a realização das Eleições Presidenciais, em contexto de pandemia, a Senhora Deputada propôs, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que ficasse exarado em ata os seguintes Votos de Louvor e Reconhecimento, documento² que se dá por reproduzido: «- *A todas as equipas que estiveram a trabalhar nas assembleias/secções de voto, das diversas freguesias do concelho; - Às Técnicas do Município que estiveram envolvidas no processo eleitoral, pelo trabalho desenvolvido, organização e empenho; - À Proteção Civil, aos Fiscais Municipais e outros Técnicos do Município que estiveram presentes assegurando as condições de segurança, estando também envolvidos na recolha dos votos das pessoas que se inscreveram para votar antecipadamente, entre eles, algumas que estavam confinadas em lares e habitações particulares*».

Seguidamente, tendo em consideração o árduo desafio enfrentado pelas IPSS's devido à pandemia COVID-19, a Senhora Deputada propôs, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que ficasse exarado em ata «*um Voto de Louvor e Agradecimento às IPSS's do nosso Concelho de Tábua, por todo trabalho realizado neste período tão difícil, bem como pela resiliência manifestada face aos desafios que lhes foram colocados*», documento³ apresentado à Mesa da Assembleia Municipal e que se dá por reproduzido.

Face ao exposto, solicitou ainda e caso sejam aprovados, a devida comunicação aos visados destes Votos de Louvor.

Propôs, ainda, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que ficasse exarado em ata, um Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário deste Município, já aposentado, Senhor José Manuel Gomes Pereira da Silva, guardando a assembleia um minuto de silêncio, e que este sentimento seja comunicado à família.

¹ Documento n.º 1, páginas 1-3.

² Documento n.º 2, página 1.

³ Documento n.º 3, página 1.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por fim, disse: *«aproveitamos também, nesta altura para reiterar o sentimento de pesar pelas vítimas mortais da pandemia COVID-19 do Concelho de Tábua, do país e do mundo, endereçando simbolicamente às famílias enlutadas a nossa solidariedade e as mais sinceras condolências, através de um minuto de silêncio.»*

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado Municipal, Senhor Vítor Hugo Rodrigues de Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, que endossou cumprimentos a todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção prestando uma palavra de solidariedade e rápidas melhoras ao Senhor Vereador Carlos Santos, bem como ao Deputado Municipal, Senhor Rui Brito Pereira e prestou uma palavra de solidariedade a todos os Tabuenses que foram infetados à data pela doença COVID-19, desejando igualmente rápidas melhoras.

O Senhor Deputado aludiu depois ao facto de ter sido publicado no passado dia 8 de fevereiro, em Diário da República, o lançamento de um concurso público pela Infraestruturas de Portugal, para a aquisição de serviços para elaboração do Projeto de Execução IC6 e impacto ambiental, dizendo que em ano de eleições autárquicas em 2017, o atual Governo anunciou a continuação da obra, cujo valor do investimento rondaria os 38 milhões de euros e lamentou que atualmente esta propaganda falsa se esteja a repetir, afirmando serem feitas promessas em anos eleitorais que nunca se concretizam, criando ilusões às populações e que a credibilidade dos políticos portugueses está a ser destruída devida a estas atitudes, uma vez que promete-se muito e executa-se apenas o essencial, sendo um sinal de má gestão e falta de capacidade.

Referindo-se ao excerto distribuído, referente ao ponto para reflexão sobre a valorização do interior e cujo teor reflete a posição do autor sobre a regionalização, leu a seguinte parte: *«Já todos percebemos que estes movimentos, sob a capa do desenvolvimento do interior, têm como objetivo último a preparação do Partido Socialista para a disputa, em melhores condições relativamente aos outros partidos, das próximas eleições autárquicas. O partido sempre em primeiro lugar em relação ao país»,* terminando dizendo subscrever este pensamento.

Interveio depois a Senhora Deputada Municipal, Dra. Ana Marta Santos André de Lima, do Grupo Municipal do PS, começando por cumprimentar todos os presentes. Apresentou à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and stamp in the top right corner.

intervenção, no qual aborda os projetos culturais do Concelho e o regresso do ensino à distância, documento⁴ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida a palavra à Senhora Deputada, Dra. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia, Membro eleito pela CDU – Coligação Unitária – PCP-PEV, a qual iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, salientando que a CDU pretende abordar duas questões nesta sessão, sendo a primeira referente ao valor cobrado das águas, dizendo *«tendo em consideração as dificuldades económicas que estamos a passar, quer as pessoas singulares, quer as coletivas e mormente as Instituições de Solidariedade Social, motivada pela situação de emergência que foi decretada na sequência da pandemia, a CDU considera que a Câmara Municipal deveria exigir à empresa Águas do Planalto a redução de tarifas fixas, porque estas constituem o valor maior na fatura mensal de água.»*. Acrescentou que esta redução das tarifas fixas seria aplicada a todos durante o período em que durasse o estado de emergência e situação pandémica e apelou ao Executivo Camarário que tomasse as diligências necessárias para conseguir uma redução nas referidas tarifas, à semelhança do que foi feito no Concelho da Pampilhosa da Serra, que conseguiu uma redução de 25% nas tarifas das águas. Quanto à segunda questão, a Senhora Deputada informou que a CDU tem tido conhecimento da existência de uma incidência enorme de casos de cancro na Freguesia de Ázere e apesar de não ter estudos neste âmbito, relaciona esta situação com as minas a céu aberto que existiam nesta freguesia, apelando também à Câmara Municipal para realização de um estudo sobre o assunto, com a colaboração do Ministério de Saúde.

De seguida, interveio o Deputado Municipal Senhor Rui Brito Pereira, do Grupo Municipal do PS, que endossou cumprimentos a todos os presentes. Apresentou à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, no qual aborda o Projeto de Saúde *“Unidade Móveis de Saúde na Região de Coimbra”*, documento⁵ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

No uso da palavra, a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, cumprimentou todos os

⁴ Documento n.º 4, páginas 1-2.

⁵ Documento n.º 5, páginas 1-2.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presentes e prestou uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Mesa em relação à iniciativa do ponto 4 da ordem do dia.

A Senhora Deputada Municipal deu as boas vindas ao seu amigo Tabuense, Dr. Arlindo Cunha, o Tabuense que pôs Tábua no mapa, deixando a sua homenagem e bem-haja pelo que tem feito e pela pessoa que é.

De seguida, referindo-se à época difícil que atravessamos, a Senhora Deputada não quis deixar de dizer algumas palavras que interligam com a intervenção do Dr. Arlindo Cunha sobre a valorização do interior, que antecipou como brilhante.

Disse que o mundo e cada microcosmos em si têm evoluído com ideias, com pessoas que fazem a diferença e que a escolha para os nossos desígnios determina o que nós queremos para o futuro, pelo que neste contexto, é necessário encontrar primeiro quem seja capaz e de seguida colocar as ideias em prática.

Recordou, que na última sessão da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca do Plano a longo prazo para Tábua, dizendo agora *«Esse Plano não existe, nem existe nenhum desde o Engenheiro Barata Portugal e assim os Tabuenses vão sobrevivendo 4 anos após 4 anos, sem um rumo que seja o motor do seu desenvolvimento»*.

Finalizou dirigindo uma palavra de conforto para quem tem perdido os seus entes queridos, direta ou indiretamente ligadas à pandemia COVID-19, endossando um abraço para aqueles que também têm recuperado, vítimas da doença mas também das dificuldades atribuíveis aos problemas económicos que têm decorrido do encerramento das empresas.

Deixou um forte abraço ao Senhor Vereador Carlos Santos, desejando-lhe as melhoras.

Quanto aos votos de louvor e de pesar, salientou ser a favor dos votos de pesar e relativamente aos votos de louvor, disse: *“pecam por não terem a abrangência devida. Não faz muito sentido sabendo o empenho que os Bombeiros têm tido, o empenho que os profissionais de saúde têm tido, que não os incluamos nesses votos de louvor. Solicito ao Senhor Presidente que verifique se é possível incluir todos esses profissionais de saúde e também aos funcionários da Câmara, que têm tido uma função importantíssima na ligação entre as instituições e o seu próprio trabalho no seu dia-a-dia»*.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que concerne ao voto de louvor no âmbito da pandemia COVID-19, interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarecendo que, já houve um voto de louvor aos profissionais de saúde, situação já esclarecida pela Senhora Deputada Municipal Dra. Olga Nunes.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Luís Miguel Pereira, do Grupo Municipal do PS, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Referiu que o Município de Tábua tem vindo a desenvolver um trabalho notável contra a vespa Volutina através do seu serviço da Proteção Civil e alertando para o facto de ir arrancar um novo período, a saída da hibernação das rainhas fundadoras, questiona o Senhor Presidente da Câmara sobre qual o ponto da situação do combate a esta praga. De seguida deu os parabéns ao Município de Tábua pelo trabalho realizado pelo serviço veterinário, no âmbito da proteção de animais e no combate ao abandono, promovendo a vacinação, esterilização, a colocação de *microchips* e também a adoção.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a palavra ao Senhor Deputado Dr. Pedro José Pereira Cardoso, do Grupo Municipal do PS, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse *«sabendo-se que a representação cartográfica do território é uma figura primordial no ordenamento, no planeamento, na gestão e na proteção desse mesmo território, congratulo o Município de Tábua pela participação na candidatura relativa ao cadastro predial rústico, sobre o lema “Conhece - Ajude-nos a Conhecer”.*

Aproveitou o Senhor Deputado para questionar o Senhor Presidente da Câmara em que medida este programa é benéfico para o Município e por que razão devem os Municípios aderir ao mesmo.

O Senhor Presidente da Assembleia passou depois a palavra ao Senhor Dr. José Ângelo Pires de Oliveira (Secretário), em representação da Senhora Susana Filipa Pereira de Oliveira (Presidente Junta de Freguesia da Póvoa de Midões), o qual apresentou à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, documento⁶ que se dá por integralmente reproduzido em anexo, tendo igualmente saudado todos os presentes e salientou o lugar das empresas de Tábua no ranking do distrito de Coimbra.

⁶ Documento n.º 6, páginas 1-2.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que iniciou a sua intervenção endossando cumprimentos a todos os presentes, disponibilizando-se para esclarecer todas as questões colocadas.

Assim e relativamente à pandemia, informou que foi entregue uma unidade móvel de saúde ao Centro de Saúde de Tábua, objeto de candidatura no âmbito dos Fundos Comunitários em parceria com a ARS Centro e CIM, esclarecendo ser este apoio de proximidade, para as pessoas com mais dificuldade, que estão mais vulneráveis e isoladas. Esta unidade móvel elétrica, devidamente equipada, pretende dar uma resposta importante para o Centro de Saúde e para o trabalho que é feito pelos respetivos profissionais. Adiantou que até à data já foram distribuídas mais de 50.000 luvas, 100.000 máscaras, 3.000 fatos e batas, mais de 700 viseiras, 850 litros de álcool gel, foi feita a recolha e entrega de 123 contentores de resíduos, equipamento de proteção individual e efetuados 2.500 testes de rastreio por parte do Município, assim como foi dado todo o apoio possível às IPSS's.

Neste âmbito, prestou o reconhecimento às instituições, a todos os profissionais, colaboradores do Município que também deram o seu apoio às IPSS's, que sofreram muito, aos utentes, Bombeiros, Juntas de Freguesia e seus colaboradores e a todos os Tabuenses.

Lamentou a perda de 28 vidas, recordando que houve momentos em que cerca de 400 pessoas estavam infetadas simultaneamente, mas felizmente hoje temos apenas cerca de 30 casos, resultado que se deve ao esforço de todos.

Neste âmbito, o Senhor Presidente da Câmara apresentou os pêsames em nome do Executivo Municipal a todas as famílias enlutadas e desejou muita força a todos os doentes infetados que ainda se encontram a sofrer com esta pandemia.

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara salientou o início do período de vacinação, no Pavilhão Multiusos de Tábua, informando que os profissionais de saúde, corpo dos bombeiros, forças de segurança e IPSS's já estão vacinados, iniciando-se a vacinação a pessoas com mais de 80 anos e informou que cerca de 10% da população do Município de Tábua já está vacinada. Respondendo à questão colocada sobre o IC6, o Senhor Presidente lembrou que este mandato autárquico tem sido muito difícil, recordando a situação dramática vivida com os incêndios de 2017, a destruição do concelho, a perda de muitas vidas, do património e as inúmeras famílias desalojadas.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, nos anos 2018-2019 houve as catástrofes naturais, Leslie, Elsa e Fabien, referindo que a Elsa deixou um prejuízo de milhão e meio de euros e que até ao momento o Município não foi ressarcido de nada. Por sua vez, em março de 2020 veio a pandemia da Covid-19, ou seja, 4 anos de catástrofes no nosso País, salientando terem sido implementadas medidas difíceis que tiveram de ser tomadas. No que concerne à questão colocada sobre a Cultura, realçou a candidatura aprovada intitulada “Os Nossos e os Vossos” em parceria com os Concelhos de Mira e Vagos, no montante de 300.000€, agradecendo ao Senhor Dr. António Oliveira todo trabalho desenvolvido, organização e empenho nesta candidatura e quanto ao ensino à distância, agradecia que o Senhor Vice-Presidente da Câmara prestasse os devidos esclarecimentos.

Em relação às tarifas da água, referiu que o Município não vai ter uma redução por três meses, vai ter uma redução definitiva até ao final do contrato, ou seja até ao ano de 2027, de 20% da tarifa fixa, conforme acordado com o concessionário, aguardando-se apenas a decisão da ERSAR para aprovar e por em prática este novo tarifário, assim como de outras tarifas como a das famílias numerosas e tarifas sociais.

No que diz respeito aos problemas oncológicos na União das Freguesias de Ázere e Covêlo, o Senhor Presidente da Câmara informou que não tinha conhecimento desta incidência e que irá junto das autoridades competentes, o Ministério da Saúde, analisar esta situação.

Quanto aos rankings empresariais, o Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu orgulho em relação ao tecido económico e empresarial do nosso concelho, onde são criadas condições para as famílias, emprego, riqueza, bem-estar, que originam um desenvolvimento económico e social.

Quanto ao Parque Industrial, informou ter sido aprovada a contratação de um empréstimo de 3.500.000,00€, e que 500.000,00€ se destina à aquisição de terrenos na área industrial, junto ao parque industrial de Tábua e acrescentou estar nos objetivos do Município adquirir mais espaços na área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua. Abordou ainda o Plano de Pormenor da Área Industrial da Carapinha, objeto de candidatura aos Fundos Comunitários no Centro 2020.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu então a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, que iniciou a sua intervenção endossando cumprimentos a todos os presentes e referiu que o Município de Tábua através dos seus serviços de Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, articulou com o



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agrupamento de Escolas de Tábua o que seria espectável no regresso do segundo confinamento dos alunos a casa e o acesso ao estudo em casa, assim como um levantamento quanto aos equipamentos informáticos necessários. Mais afirmou que «a articulação e a seleção é feita sempre por comunicação através do Agrupamento de Escolas de Tábua. São eles que nos indicam as necessidades efetivas dos alunos no âmbito dos equipamentos informáticos e no âmbito da alimentação. Os nossos serviços de Educação articulam com os técnicos informáticos do Agrupamento de escolas de Tábua e, com os nossos técnicos de informática fazemos um levantamento dentro das nossas possibilidades. Procedemos à aquisição dos equipamentos e fazemos a distribuição dos mesmos nomeadamente no 1.º Ciclo em colaboração com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que nos cedem os transportes e deslocalizamos este equipamento a casa» e esclareceu terem sido distribuídos cerca de 108 equipamentos a todos os alunos dos escalões A e B do Agrupamento de Escolas de Tábua, sendo que no primeiro confinamento a Câmara já tinha adquirido 20 equipamentos e, mais tarde, adquiriu mais alguns para os 2.º e 3.º Ciclos e Secundário. Foram ainda adquiridos 25 Tablets PC e mais 25 Portáteis para os alunos do 2.º e 3.º Ciclo, totalizando os 108 equipamentos informáticos, representando um forte investimento por parte do Município de Tábua.

O Senhor Presidente da Assembleia passou depois a palavra à Senhora Vereadora Eng.ª Sílvia Ferreira, que começou por cumprimentar todos os presentes e informou ser o Município de Tábua um dos muitos Municípios do nosso país que não possui informação cadastral, informação a nível dos terrenos rústicos e terrenos urbanos, sendo que os Municípios que possuem são projetos piloto. Este programa incide essencialmente sobre os terrenos rústicos, existem muitos desses terrenos em que os limites e os proprietários se desconhecem. Neste contexto, perante esta lacuna, após os incêndios de 2017, o Governo viu a necessidade de criar um programa a nível da informação cadastral denominado “*cadastro rústico simplificado*”. O Município de Tábua associou-se aos restantes Municípios da CIM e fizeram uma candidatura conjunta a este programa.

Esclareceu ainda que com este serviço os munícipes serão sensibilizados a virem ao Município de Tábua para delimitarem os seus terrenos e que enquanto vigorar este programa, a atualização do registo ou o registo novo é efetuado de forma gratuita.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia passou seguidamente a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Oliveira, que começou por cumprimentar todos os presentes e esclareceu que a Vespa Volutina chegou ao nosso Concelho em 2018, mas a nível nacional ela está cá desde 2012. Na altura o Município não estava familiarizado com esta situação, pelo que contratou uma empresa do Norte que se chamava “*Associação Nativa*” e começou a dotar o Serviço Municipal de Proteção Civil com os meios e recursos para fazer o devido combate. No ano de 2020, o Município recebeu 379 comunicações de ninhos de vespa, dos quais 238 confirmaram ser de Velutina e os outros 141 eram de outras espécies. Neste contexto, o Senhor Vereador prestou uma palavra de agradecimento à Junta de Freguesia da Carapinha, ao Agrupamento de Escuteiros de Midões, Agrupamento de Escolas e à Comunidade Intermunicipal, com a colocação de cerca de 800 armadilhas. Todas estas entidades ajudaram no fabrico das mesmas, medida acertada para a redução do número de ninhos. Este ano tivemos apenas 170 ninhos, ou seja, menos 209 ninhos e acrescentou que esse trabalho já foi reconhecido pela Comunidade Intermunicipal, daí fazermos parte da Comissão Técnica da CIM.

No que concerne aos Serviços Veterinários, o Senhor Vereador abordou a Campanha Nacional de Vacinação Antirrábica que é promovida pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária e informou terem sido efetuadas 170 vacinas da raiva e implementados 83 *microchips*. O Município também tem feito um trabalho notável no combate ao abandono animal. Foram adotados 182 animais, aplicados 70 vacinas, 172 *microchips* e 146 esterilizações.

O Senhor Presidente da Assembleia passou depois a palavra à Dra. Olga Nunes, para esclarecimento da Senhora Dra. Maria do Rosário sobre a moção que apresentou por ter sido aprovado em junho de 2020 um voto de louvor às entidades referidas, na qual o PSD e a CDU se associaram. Este voto específico, apresentado para as IPSS's não representa uma falta de reconhecimento em relação às outras entidades referidas, às quais já foi dado um voto de louvor, mais referindo vivermos em sociedade e todos precisarmos uns dos outros, quer individualmente, quer institucionalmente. Neste voto de louvor específico, foi intenção do Partido Socialista deixar um reconhecimento e um agradecimento às IPSS's, não apenas aos dirigentes mas para passar a informação a todos os funcionários, a todos os voluntários, que estiveram naquela casa, a todas as



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and stamp in the top right corner.

peças e familiares, reconhecendo assim o trabalho por eles desenvolvido nos últimos dois meses.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vítor Melo, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Questionou a Senhora Vereadora Eng.^a Sílvia Ferreira sobre se iria haver alguma atualização no valor patrimonial dos imóveis nesse novo registo, ou seja se os proprietários vão começar a pagar mais IMI pela propriedade e depois recordou terem os Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha feito geolocalização de ninhos de vespa e transmitido à Câmara Municipal a sua localização para destruição, e que também destruíram muitos ninhos quando não havia ninguém para os destruir, referindo que *«os Senhores do Município chegaram a ir buscar utensílios, varas que os Bombeiros tinham feito para o efeito e copiarem»*.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que o cadastro não é uma avaliação fiscal. A nível de matrizes cadastrais, apenas o Alentejo tinha cadastro rigoroso de matriz cadastral.

Houve projetos piloto nomeadamente nos Concelhos de Seia e Oliveira do Hospital que duraram 10 anos, gastaram-se milhões e não chegaram a fazer 50%. O que se começou a fazer em sequência dos incêndios de 2017 em Pedrogão Grande, Penela e Pampilhosa da Serra, foi o Plano de Revitalização, em conjunto com o Ministério das Finanças e com o Ministério da Justiça.

Terminadas estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à Votação dos Votos de Louvor e Reconhecimento, apresentados pela Dra. Olga Nunes, líder do Grupo Municipal do PS, respeitante ao seguinte:

«- A todas as equipas que estiveram a trabalhar nas assembleias/secções de voto, das diversas freguesias do concelho;

- Às Técnicas do Município que estiveram envolvidas no processo eleitoral, pelo trabalho desenvolvido, organização e empenho;

- À Proteção Civil, aos Fiscais Municipais e outros Técnicos do Município que estiveram presentes assegurando as condições de segurança, estando também envolvidos na recolha dos votos das pessoas que se inscreveram para votar antecipadamente, entre eles, algumas que estavam confinadas em lares e habitações particulares».

Aprovado por **UNANIMIDADE**.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação da Assembleia Municipal o *Voto de Louvor e Agradecimento às IPSS's do nosso Concelho de Tábua, por todo trabalho realizado neste período tão difícil, bem como pela resiliência manifestada face aos desafios que lhes foram colocados*, documento apresentado pela Dra. Olga Nunes, líder do Grupo Municipal do PS.

Aprovado por **UNANIMIDADE**.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário deste Município, já aposentado, Senhor José Manuel Gomes Pereira da Silva, guardando um minuto de silêncio, e que este sentimento seja comunicado à família.

Aprovado por **UNANIMIDADE**.

Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Pesar pelas vítimas mortais da pandemia COVID-19 do Concelho de Tábua, do País e do mundo, endereçando simbolicamente às famílias enlutadas a nossa solidariedade e as mais sinceras condolências, guardando um minuto de silêncio.

Aprovado por **UNANIMIDADE**.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS), NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi posto à apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, referente à atividade do Município, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), conjugado com o artigo 35.º, n.º 1, alínea y), Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá por integralmente reproduzido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre o exposto, no início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vítor Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, que iniciou a sua intervenção referindo-se à pág. 2 – “*Município Bandeira Verde*”. Questionou as bases de avaliação dadas para a atribuição desta distinção ambiental, referindo ser do conhecimento de todos os tabuenses que as ETAR’s deste concelho funcionam mal. Algumas estão sem manutenção e deixam de funcionar como é o caso da ETAR de Percelada, que o PSD denunciou em julho de 2020, que aguardava a substituição de um motor elétrico há 2 anos. Seguidamente questionou o custo desta candidatura ao Município, uma vez que em termos de análises aos afluentes das ETAR’s, de acordo com o disposto no mapa de contratos referente a 2017, nessa altura foram gastos 22.810,00€, só em análises.

Pondo em causa esta distinção ambiental, o Senhor Deputado Municipal recordou que em setembro de 2019 foi instaurada uma contraordenação à Câmara Municipal de Tábua por ter enterrado lixo tóxico junto ao Estádio Municipal, salientando que esta distinção apenas se trata de um processo burocrático e que em nada retrata a realidade do Concelho. *«Os Tabuenses não estão minimamente interessados que o Município detenha a Bandeira Verde, estão interessados sim em que não escorram esgotos a céu aberto, que não cheire mal nas suas aldeias, que não tenham que pagar ao Município para despejar as fossas por falta de saneamento, e que a tarifa da água de consumo não seja a mais cara do Distrito de Coimbra. Gasta-se dinheiro em propaganda e fachadas mas quem sofre são os Tabuenses por má gestão de dinheiros públicos.»*

Questionou depois o Senhor Presidente da Câmara sobre o abaixo-assinado presente em Reunião de Câmara de 23 de julho de 2020, a solicitar que a pista de atletismo do Estádio Municipal de Tábua tivesse o nome do Senhor Mário Claro. Assunto que foi aprovado, uma vez que nos documentos a que teve acesso, nenhum faz referência ao nome do Senhor Mário, como é o caso da Informação do Senhor Presidente da Câmara para esta Assembleia.

O Senhor Deputado Municipal terminou questionando a experiência da empresa que ganhou o concurso para a respetiva construção da pista multifuncional, uma vez



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que esta construção requer conhecimento e tecnologia precisa, para que não surjam problemas na manutenção e conservação da pista no futuro.

Considerando o exposto, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por esclarecer não ser esta candidatura feita pelo Município e que não é a 1.^a vez termos sido contemplados. Não se trata de uma candidatura burocrática, mas de uma candidatura que obedece a parâmetros.

Quanto às ETAR's, esclareceu que as mesmas estão licenciadas e que para manter os licenciamentos, a Câmara tem obrigatoriamente de efetuar análises com regularidade. Em relação a Perclada, informou existir um poço de bombagem e que houve uma avaria que o Executivo tentou resolver com a maior brevidade possível. Atualmente, esta situação encontra-se resolvida e a Câmara está atenta a este tipo de problemas.

Ainda em relação às análises, existe uma contratação pública e de acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente e outras entidades, somos obrigados a cumprir com as nossas obrigações.

Quanto à questão do lixo depositado junto ao Estádio Municipal, esse processo já terminou, tendo o mesmo sido arquivado. Houve um descuido por parte de algumas pessoas que ilegalmente despejaram o lixo nesse local, não tendo sido o Município a efetuar os despejos.

No que diz respeito à Pista Multifuncional, o Senhor Presidente da Câmara informou que a mesma ainda não está concluída. A proposta do nome do Senhor Mário Claro foi aprovada e será colocado o nome quando a obra estiver concluída com toda a dignidade que o momento merece.

Por fim, o Senhor Presidente abordou a experiência e os trabalhos efetuados pela empresa que está a construir a Pista Multifuncional.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

2. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posto à apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a situação financeira do Município de Tábua, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), conjugado com o artigo 35.º, n.º 1, alínea y), Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá por integralmente reproduzido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Atendendo ao exposto, no início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

O Senhor Deputado Vítor Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, iniciou a sua intervenção referindo que este ano 2021 começa com *records*, mas no aspeto negativo, uma vez que desde 2017 a diferença entre o valor faturado e o valor pago, nos dois primeiros meses do ano, não era tão elevado, 4.643.305,00€.

Questionou se é esta a política de cooperação e ajuda às empresas que o Município está a prestar aos empresários, realçando que quem está a suportar os investimentos do Município são os fornecedores.

De seguida, referindo-se à reposição orçamental da despesa de 2021, classificação 20217 – “*publicidade*”, questionou o montante gasto de 15.277,00€.

Quanto à EDP, salientou que continua com um valor em dívida *astronómico* de 415.000,00€.

Quanto às despesas correntes orçamentadas para 2021, o valor é de 14.419.052€, contudo, há data de 18 de fevereiro de 2021, já existe 3.864.441,00€ em obrigações, ou seja, para liquidar, o que corresponde já a cerca de 27 % das despesas correntes orçamentadas.

Por fim, questionou, no mapa de receitas para o ano de 2021, classificação 5100501, o montante de 525.000,00€, respeitante à EDP.

Atendendo ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual começou por referir avaliarem-se as contas e o desempenho orçamental financeiro no final de cada ano.

O Município de Tábua tem reduzido significativamente todos os anos a sua responsabilidade, ou seja, neste momento tem metade das responsabilidades que tinha em 2014.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os empréstimos a médio e longo prazo chegaram ao final do ano com pouco mais de 2.000.000,00€. Quanto ao curto prazo, são valores flutuantes que alteram com a faturação e que passado algum tempo podem estar alterados.

Salientou que os resultados do Município têm sido no sentido de reduzir o endividamento, conforme consta dos documentos e na prestação de contas de 2020 tal poderá ser verificado.

Quanto à questão da publicidade, a despesa que não foi paga em 2020 está refletida em 2021, não sendo esse valor respeitante ao Boletim Municipal de 2021.

Relativamente à receita da EDP, resulta da concessão que trimestralmente o Município recebe, cerca de 90.000,00€. O Município também recebe uma verba anual de aproximadamente 40.000,00€, por ter no seu concelho uma albufeira, que tem uma barragem. Desses valores todos somados, juntamente com outros acertos que a EDP vai fazendo ao longo do ano, o Município recebe a receita referida.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

3. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO PARA 2021, ATÉ AO MONTANTE DE 700.000,00€/ANÁLISE DE PROPOSTAS/ADJUDICAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o documento datado de 08 de fevereiro de 2021, elaborado pela Comissão de Abertura e Análise, representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, Dra. Sónia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira e Dra. Marisa Bernardo, Técnica Superior, respeitante à análise das propostas, apresentadas por pelo menos três entidades bancárias, conforme estipulado aliás no n.º 5 do artigo 3.º do Regime Municipal, a saber: Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Centro, C.R.L., Banco BPI, S.A. e Banco Santander Totta, S.A., para a contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros), destinado a apoio e reforço de tesouraria, que se faz acompanhar do extrato da Minuta da Ata n.º 03/2021, respeitante à deliberação n.º 29 tomada na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2021, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

Face ao exposto, no início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vítor Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, que pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara antes de dar a conhecer a sua intenção de voto.

Referindo-se ao n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, norma que estabelece “o *pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de: demonstração de consulta, informação sobre as condições praticadas, mapa demonstrativo de capacidade de endividamento*”, questionou sobre o mapa de capacidade e endividamento.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este esclareceu que o empréstimo a curto prazo de 700.000,00€, cuja adjudicação foi aprovada em Reunião de Câmara ao Banco BPI, pressupõe a contratação de um empréstimo com uma taxa de juro com o “spread” 0,18% e Euribor a 6 meses que neste momento é negativo, ou seja, o Município vai pagar o correspondente a uma taxa de juro de 0,18%, cerca de 1.050,00€ de juro até ao final do corrente ano. Mais referiu que há empréstimos de longo e médio prazo e este é um empréstimo a curto prazo, daí não ter de provar a capacidade de endividamento, uma vez que este empréstimo não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. É um empréstimo a curto prazo que poderia ser contratualizado já, só por decisão do Executivo e até mesmo por decisão do Presidente da Câmara, ao abrigo da legislação inerente ao COVID. Terminou referindo que a Proposta do Executivo é de adjudicar ao Banco BPI e avançar com esta contratação.

Interveio, novamente, o Senhor Vítor Melo, referindo que o pedido de adjudicação tinha de passar pela Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 73/2013 e Regimento Municipal e, mais uma vez, referindo-se à capacidade de endividamento, o documento em causa tinha de constar da proposta apresentada.

Perante as questões suscitadas em relação ao mapa de endividamento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu aos Membros da Assembleia Municipal um intervalo, de modo que os serviços financeiros pudessem apresentar o documento em falta.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O mapa de endividamento foi depois disponibilizado a todos os presentes, tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido ainda ter sido este documento também disponibilizado na última Sessão da Assembleia Municipal, no ponto respeitante à do Plano de Atividades e Orçamento, sendo que a única alteração ao mesmo respeita à redução do endividamento porque no entretanto foram feitas liquidações.

Depois de analisados os documentos apresentados, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à votação, pela forma usual de votar, a contratação do empréstimo de curto prazo, até ao montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros) e a adjudicação do mesmo ao Banco BPI, S.A., de acordo com o documento apresentado pela Câmara Municipal de Tábua.

Da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: seis;

Abstenções: uma;

Votos a favor: vinte e dois.

Aprovado por **MAIORIA**, autorizar a contratação e adjudicação do empréstimo financeiro a curto prazo, até ao montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros), ao Banco BPI, S.A., à taxa de juro Euribor a 6 meses, spread de 0,18%, pagamento de juros mensais, na modalidade de conta corrente com a possibilidade de reembolsos e reutilizações e de acordo com as restantes condições constantes no documento apresentado pela Câmara Municipal de Tábua.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vítor Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, para dar a conhecer a Declaração de Voto Contra do Partido Social Democrata de Tábua, conforme documento⁷ que se anexa e que se dá por integralmente reproduzido.

O Senhor Presidente da Câmara, interveio, novamente, esclarecendo que de acordo com a Lei das Finanças Locais, o Município de Tábua neste momento, como o seu endividamento está abaixo de 0,75% da média das receitas correntes, não tem possibilidades de contratar empréstimos para liquidação das responsabilidades assumidas, mas sim para investimentos.

⁷ Documento n.º 7, página 1.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

4. REFLEXÃO SOBRE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR – INTERVENÇÃO DO DOUTOR ARLINDO CUNHA, ILUSTRE TABUENSE, ECONOMISTA, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PORTO) E ANTIGO MINISTRO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi feita uma apresentação do orador convidado, pessoa de reconhecida projeção técnica e política, Professor Doutor Arlindo Cunha, Ilustre Tabuense, economista, Professor da Universidade Católica do Porto e antigo ministro, sobre a “*Valorização do Interior*”, tendo sido distribuído a todos os Membros presentes vários artigos de opinião sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal endossou cumprimentos ao Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha e abordou o seu percurso profissional e o assunto para reflexão.

Dada a palavra ao Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha, este iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, referindo ir centrar a sua intervenção em 3 ou 4 pontos, nomeadamente disparidades/desigualdades de condições de vida e rendimentos do território; políticas no passado para tentar corrigir problemas e sobretudo políticas mais recentes e saber como no futuro poderemos resolver estes problemas.

Abordando as disparidades, referiu existirem grandes países da Europa que têm desigualdade territoriais sobretudo entre territórios muito encravados no interior ou nas montanhas e zonas metropolitanas, sendo que o nosso caso é um caso muito especial. As nossas desigualdades não são desigualdades de dinâmicas pontuais. No nosso caso é uma faixa de alto a baixo, por um lado é desenvolvido, que é o lado do mar e o outro é a “noite”, um atraso enorme. Existe uma assimetria muito grande entre o interior e o litoral, litoral que é muito curto. Em Portugal, se fizermos uma projeção da costa para o interior, até 50km, Figueira da Foz e Coimbra, de Norte a Sul, temos aqui 70% da população e 83% do PIB. Esclareceu que esta dinâmica regressiva da população, entre 1960 e 2016, a população do litoral aumentou 52% em 50 anos e a do interior baixou 37%. Salientou depois que no interior temos poucos empregos qualificados, o que origina um problema de fixação de pessoas. Daí que as pessoas que nascem no interior vão à procura de melhores condições de trabalho e de vida para o litoral. Já a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concentração de alunos do Ensino Superior de Lisboa e Porto e Politécnicos é de 54% dos estudantes.

Seguidamente referiu ter sido feita recentemente uma revisão profunda do Plano Nacional de Políticas do Ordenamento do Território, que fixa um conjunto de princípios estratégicos, que o País devia seguir nas suas políticas para ser equilibrado. Neste Governo e no anterior foi criada uma *Unidade de Missão para a Valorização do Interior*, chefiada pela Prof.^a Helena Freitas, da Universidade de Coimbra. Nessa sequência desses trabalhos foi criado um programa de “*Valorização do Interior*”, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, que prevê um conjunto de medidas, aprofundadas e revistas em 2020 pela Resolução n.º 18 e que promove um compêndio de medidas para melhorar o interior, como localizar no interior alguns serviços públicos, arquivos, serviços do estado, etc., de modo a reforçar a economia circular, territorial. Como medidas recentes foi criado o Ministério da Coesão Territorial que faz a coordenação destas políticas e procura que não caiam no esquecimento.

O Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha aprofundou também a necessidade de reformular o Estado e abordou o “*manifesto do interior*”, que surgiu em 2018. Deu conhecimento das medidas sugeridas, como o apoio às empresas do interior com a aplicação de uma taxa mais baixa de IRC para 10% sem nenhum limite de dedução à coleta. Os PIN – Projetos de Interesse Nacional acima de 25.000.000€ passarem a ser exclusivos do interior. IRS mais baixo para quem vive no interior. Os estudantes do ensino superior no interior e abordou ainda as medidas para a ocupação do território pelo Estado. Todos os serviços novos a serem criados deveriam ser localizados no interior. Majoração em 10% no tempo de contagem na reforma a quem trabalha no serviço pública no interior, etc..

O Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha referiu-se depois ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, com um horizonte até 2027, com cerca de 34 mil milhões de euros, realçando: «*se queremos fazer alguma coisa pelo desenvolvimento dos territórios do interior temos de lhes dar poder, capacidade para decidirem quais são as suas estratégias de desenvolvimento, quais são as suas prioridades e criar uma lei constitucional, um quadro de recursos de que podem dispor, isto é a descentralização. Não acredito que nós façamos o quer que seja se não for por esta via, pela mudança do sistema do Governo, que implica uma reforma do Estado. E essa reforma do Estado implica que haja um dia uma conjugação astral, em que os líderes dos principais partidos*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

façam uma reforma Constitucional em que deixe de ser necessário haver um duplo referendo para haver a regionalização do Estado, porque obviamente se assim não for nunca mais lá chegamos. É uma pena termos uma política centralista em Portugal» e terminou a sua intervenção dizendo que o programa apresentado “Movimento do Interior” é um programa muito ousado, muito sensato e muito objetivo, virado para a descentralização.

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradecendo as palavras prestadas.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vítor Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, que iniciou a sua intervenção felicitando o Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha pela sua presença na Assembleia Municipal, realçando *«é um privilégio termos entre nós um ilustre Tabuense com o prestígio de Vossa Excelência que muito nos dignifica do seu passado, tanto na esfera política como na sua carreira profissional. Não abandonou as suas raízes, nem esqueceu as suas gentes, fazendo parte dos Órgãos Sociais das Instituições do Concelho e investindo na sua terra. Um Social-Democrata que já desempenhou funções de Secretário de Estado, Ministro da Agricultura e recentemente em 2018, foi nomeado para o Conselho Nacional do PSD, cargo que mantém até hoje e todo historial que o Senhor Presidente da Assembleia referiu. Ouvi-lo é sempre gratificamente. Bem-haja.»*

Em relação à intervenção referiu, que o interior perdeu uma oportunidade aquando dos incêndios 2017. Foram criados programas de apoio para as áreas afetadas, contudo, o que veio acontecer é que grande parte desses apoios foram absorvidos pelas Autarquias deixando as empresas reféns. Acrescentou, que grande parte destas medidas de apoio mesmo as que vêm da Comunidade Económica Europeia não chegam ao terreno por falta de apresentação destas com o apoio direto na feitoria dessas candidaturas. Muito das verbas atribuídas a Portugal retomam à União Europeia por falta de candidaturas. Se o Estado distribuisse os serviços e suas estruturas pelo país seria um incentivo e um incremento à deslocação dos trabalhadores e quadros técnicos.

Abordou a criação da CIM no território, que em seu entender está mal feita, uma vez que a nossa CIM tem competências territoriais do litoral até ao interior, mas as empresas do interior não podem ter os mesmos incentivos das do litoral.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fez referência a uma notícia respeitante à “Bazuca”, na qual os empresários da zona Norte querem gerir os 46% a eles destinados, uma vez que não confiam no Governo Central.

De seguida, o Senhor Deputado Municipal citou Luís Napoleão “*Pode-se Governar de longe mas não se administra bem senão de perto*”.

Mais disse: *«É isso que os empresários do Norte querem e seria isso que todos os empresários, que todas as pessoas deveriam fazer ao longo deste país, porque grande parte destas pessoas que fazem as relações, que criam estes incentivos, que criam estas candidaturas não sabem da realidade do interior, e grande parte desses processos não se enquadram e não cumprem os requisitos que nós aqui necessitamos na realidade e se nós tivéssemos autonomia de decisão, mais fácil seria a sua distribuição e mais direta desses valores. O que acontece hoje é que são criadas candidaturas, os apoios são absorvidos pelos mesmos e já notamos que grande parte destes valores da “Bazuca” já estão muito perfiladas para empresas e multinacionais à espera desse dinheiro. E nós, para o interior, acredito que muito pouco ou nenhum virá. Bem-haja pelas suas palavras Senhor Doutor»*.

Interveio o Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha, referindo que quanto aos incêndios de 2017, passaram três anos e não aconteceu nada. Não houve mudanças nas instituições, nos hábitos e não fizemos nenhum plano de reflorestação, etc., sendo que uma das situações que considera de extrema preocupação é a política florestal. Abordou a necessidade de criar uma floresta cuidada e a plantação de eucaliptos, com a imposição de uma bolsa de biodiversidade, criando uma floresta biodiversa, produtiva e sustentável.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a palavra à Deputada Municipal Senhora Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes, líder do Grupo Municipal do PS, a qual cumprimentou o Senhor Doutor Arlindo Cunha e em nome do PS agradeceu a sua disponibilidade em partilhar o seu conhecimento com esta Assembleia, parabenizando o conteúdo disponibilizado que muito nos enriqueceu nesta tarde.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida a Senhora Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes, iniciou a sua intervenção, apresentando à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a mesma, documento⁸ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

No uso da palavra, a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha, concordando na íntegra em relação a todos os assuntos críticos que foram abordados, como a deterioração do interior, salientando que as pessoas foram falecendo, os herdeiros não querem saber das terras que têm e esta situação não é uma alteração que se possa fazer de dia para a noite. Tem de haver pessoas empenhadas a fazerem essa alteração e em seu entender não é a legislação que vai levar este problema a bom porto. Tem de haver vontade política, pessoas empenhadas em fazer, em alterar o que está estabelecido.

Mencionou que o PSD tem feito várias intervenções relacionadas com a diminuição da população nas freguesias. A Vila suga as aldeias. A Vila é sugada pelos centros mais próximos e não é com esta diminuição de população que se consegue fazer alguma coisa. Acrescentou que a Câmara não tem aproveitado os projetos que têm sido feitos no concelho, referindo, que *«vêm camionetas de pessoas para trabalhar nas empresas do Concelho, não se promove que essas pessoas sejam atraídas para as melhorias que tem sido feitas e não é assim que vamos desenvolver o concelho. Nem este nem os outros. Vão emagrecendo, vão tendo populações cada vez mais envelhecidas e sem esperança para os jovens que querem progredir.»*

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário de Almeida Loureiro, agradecendo também a disponibilidade e intervenção do Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha, concordando com o que foi dito. Deu conhecimento de uma reunião realizada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na qual foi decidido fazer uma chamada de atenção ao Governo em relação ao PRR.

«Temos a execução de um PRR, tão famoso, e que nos entusiasma para ser executado até 2025-2026, mas temos de pensar em projetos, em estudos de impacto ambiental, antes de lançar as obras. Ou dão poder às CCDR e às CIM's ou então isto não vai ter execução. Foi a conclusão a que chegamos. O Governo está a trabalhar.

⁸ Documento n.º 8, páginas 1-3.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à deslocalização, já temos algumas secretarias de Estado na Guarda e Bragança.»

Referiu igualmente ser necessário mudar mentalidades. Ter muita força, coragem e sobretudo união para combater a realidade atual do País.

Em relação ao problema da Floresta, o Senhor Presidente da Câmara referiu existir atualmente uma luz ao fundo do túnel com o Cadastro.

Voltou a realçar, que os Municípios precisam de ter mais autonomia, mais poder de decisão sobretudo nas CIM's e nas CCDR's.

Abordou os primeiros passos da descentralização na Educação e na Saúde.

Quanto ao que o Senhor Professor Doutor Arlindo Cunha disse em relação à discriminação positiva, para os territórios de baixa densidade, o Senhor Presidente da Câmara informou ser uma questão de luta nas CIM's.

Quanto ao que foi proferido pela Dra. Maria do Rosário em relação ao desaproveitamento das oportunidades, o Senhor Presidente da Câmara discordou. Disse: *«temos boas acessibilidades o que faz com que as pessoas se desloquem e circulem com facilidade. Mas isto não prejudica o território, o que prejudica é a falta de medidas para as empresas se instalarem, saberem que têm benefícios nesse sentido».*

Interveio depois o Senhor Doutor Arlindo Cunha agradecendo as intervenções proferidas e voltou a referir que *«o PRR-Plano de Recuperação e Resiliência (Bazuca), vai trazer cerca de 34 mil milhões de euros, para 2021-2027, que é aquilo que Portugal tem direito num quadro financeiro plurianual, para tudo o que é desenvolvimento regional, incluindo a parte agrícola e florestal, e por causa da crise da pandemia a União Europeia decidiu fazer o plano de 750 mil milhões de euros para a União Europeia, sendo que a nós coube-nos a fundo perdido 13.9 mil milhões de euros. Este PRR não é um programa estruturante a longo prazo. É um programa que tem a ver com recuperação e resiliência, dá-nos um programa para resistir às crises económicas e pandémicas que podem surgir. É a recuperação do investimento público que não se fez no passado».*

Acrescentou que não podemos esperar muito do PRR, pois maior parte deste PRR vai para o investimento público. Para as empresas, o investimento é direcionado para a inovação e transição digital e climática. Para o investimento público, direcionado para o que não foi feito nos últimos 10 anos. Para o Serviço Nacional de Saúde, Habitação, Administração Pública, há muito dinheiro, mas para o Estado melhorar a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

formação dos quadros da Administração Pública. A parte Florestal do Estado vai ter 665 milhões e quase tudo para equipamentos, Bombeiros, GNR e ICNF. Um terço para os planos de paisagem, projetos piloto da Serra do Açor e Tejo Internacional, para problemas ambientais e simplificação dos procedimentos.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia passou para a parte respeitante à audição do público.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições neste ponto.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi declarada por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábua às 18 horas e 20 minutos.

Para constar se lavrou a presente minuta de ata, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**, com zero votos contra, zero abstenções e dezassete votos a favor, que foi redigida pela Técnica Superior, Liliana Marina Fonseca Cristóvão, e que eu, João Luiz Alves Fiúza, Primeiro Secretário, reví e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, para efeitos do disposto no artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O Presidente da Mesa:

Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares

O Primeiro Secretário:

João Luiz Alves Fiúza

O Núcleo de Apoio:

Dra. Liliana Marina Fonseca Cristóvão